

AUTORES

Fabiana de Oliveira*

fabianaoliveira@usp.br

Charles Pennaforte**

charlespennaforte@gmail.com

Marcos Antônio Fávaro Martins***

marcosfavaros84@gmail.com

* Doutoranda em Ciência da Integração pelo programa de pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP.

** Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina). Pós-doutor em Integração da América Latina (PROLAM) da USP. Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFP, Brasil).

*** Doutor em Ciência da Integração pelo programa de pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP. Professor titular da Universidade Paulista (UNIP, Brasil).

Da crise de governabilidade à crise de legitimidade: os impactos da crise política sobre a política externa brasileira¹

De la crisis de gobernabilidad a la crisis de legitimidad: los impactos de la crisis política sobre la política externa brasileña¹

From the governability crisis to the legitimacy crisis: the impacts of the political crisis on Brazilian foreign policy¹

RESUMO

Ao longo do governo de Dilma Rousseff, a política externa brasileira herdou muitos elementos da política implementada no período anterior, mas, ainda assim, terminou por perder dinamismo e proatividade, convertendo-se em uma política reativa. O declínio não foi maior devido à presença que o Ministério de Relações Exteriores (MRE) possuía nos espaços multilaterais regionais e globais, mantendo a observância de princípios e interesses caros à diplomacia brasileira. Michel Temer assumiu o poder prometendo a retomada do crescimento econômico e a desideologização da política externa, em meio à repercussão negativa que as contestações quanto à legalidade do processo de impeachment que havia destituído Dilma Rousseff, e as inúmeras acusações de corrupção que lhe pairavam sobre a cabeça haviam produzido. Com a política externa "altiva e ativa" ficando cada vez mais no passado, o Brasil passou a sofrer com significativa perda de relevância no plano internacional, assim como com o surgimento de dissidências dentro do próprio MRE.

RESUMEN

Durante el gobierno de Dilma Rousseff, la política exterior brasileña heredó muchos elementos de la política implementada en el período anterior, pero, aun así, terminó por perder el dinamismo y la proactividad, convirtiéndose en una política reactiva. El declive no fue mayor debido a la presencia que el Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE) poseía en los espacios multilaterales, regionales y globales, manteniendo la observancia de los principios e intereses valorados por la diplomacia brasileña. Michel Temer asumió el poder prometiendo retomar el crecimiento económico y la desideologización de la política externa, en medio de la repercusión negativa generada por el cuestionamiento de la legalidad del proceso de impeachment que destituyó a Rousseff y las innumerables acusaciones de corrupción que pesan sobre él. Con la política externa "altiva y activa" cada vez más en el pasado, Brasil ha pasado a sufrir una significativa pérdida de relevancia en el plano internacional, así como el surgimiento de disidencias dentro del propio MRE.

ABSTRACT

During the Dilma Rousseff government, the Brazilian foreign policies took many elements from the previous Brazilian presidency. However, during her government, the foreign policy of the country ends up losing its policy dynamics and proactive approach, becoming a mere reactionary policy. Greater degradation was avoided due to the presence of the Ministry of Foreign Affairs in regional and global multilateral spaces maintaining the fulfillment of the Brazilian diplomacy principles. Michel Temer assumed the power promising economic growth and the de-ideologization of Brazilian foreign policy. These promises were made in the middle of the questioned impeachment process of Rousseff and countless accusations of corruption pointing to Temer. With foreign policy "proud and active" becoming something of the past, Brazil suffered a significant loss of relevance in the international plan while dissidents emerged in the Ministry of Foreign Affairs.

1. Introdução

Desde a redemocratização experimentada pelo Brasil, a partir de 1984, o país caminhou, ainda que não sem sobressaltos, em direção à construção de instituições políticas sólidas, da estabilidade econômica e de uma política externa capaz de projetar o país como uma liderança emergente e de brindar-lhe importante prestígio internacional. No entanto, o cenário observado a partir da corrosão da governabilidade de Dilma Rousseff, de seu posterior impeachment e, especialmente, da ascensão de Michel Temer ao poder resultou na agudização de uma crise econômica e política sem precedentes na história republicana do país e em significativa desaceleração da política externa “altiva e ativa” que caracterizara o período anterior.

Se, no governo Rousseff, a continuidade deste perfil de política externa foi minimamente garantida devido à atuação do Ministério de Relações Exteriores (MRE) no sentido de resguardar os princípios que historicamente influenciaram a ação externa do Brasil, o mesmo não se pode dizer do período imediatamente posterior à destituição da mandatária. Ao protagonizar uma série de escândalos e concentrar-se principalmente na sobrevivência de seu governo a partir da manutenção da coalizão que o sustenta no Congresso Nacional e na aprovação de reformas de caráter econômico demandadas pelo mercado, o governo Temer não logrou estabilizar o país e sua baixa popularidade tampouco contribui para que o presidente possa imprimir maior legitimidade ao seu mandato.

Do ponto de vista da estratégia internacional, a política externa brasileira também terminou contaminada pela polarização em que caiu o país, o que se expressa claramente diante de claros dissensos no interior do ministério. Ademais, temas de ordem doméstica, como a implementação de emenda constitucional que limita o crescimento das despesas do governo por vinte anos, casos de violação dos direitos humanos e a ameaça de sacrifícios de salvaguardas ambientais, foram alvo de significativas críticas por parte da comunidade internacional e de organizações internacionais e se apresentaram como sinais de que a política externa brasileira sob o governo Temer perdeu o alinhamento com as ideias que, até então, pareciam institucionalizadas através do Itamaraty.

O presente artigo se propõe, então, a compreender os fatores que levaram à crise política em que o Brasil se vê profundamente imerso e à perda de dinamismo da política externa brasileira ainda durante o governo Rousseff, assim como a significativa mudança de rumo imprimida à ação externa do Brasil pelo governo de Michel Temer.

2. Crise de governabilidade e desaceleração da política externa no governo Dilma

A análise de política externa (APE), diferente da corrente realista das Relações Internacionais, se debruça sobre a complexidade do processo decisório em temas de política externa, considerando o plano doméstico como variável explicativa para o comportamento dos Estados no nível internacional (Milani & Pinheiro, 2013). Assim, a estratégia de inserção internacional adotada por um país espelha uma determinada correlação de força entre os grupos que disputam o poder, ao mesmo tempo em que estes grupos refletem fatores como o nível de desenvolvimento econômico, a concentração de capital, a cultura e a geografia (Cervo, 2008b). Para Cervo (2008a), a política externa de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) apresentou as condições domésticas e internacionais necessárias para que o Estado brasileiro operasse a partir do paradigma “logístico”, que supõe a conclusão da fase de desenvolvimento econômico interno e, então, a busca por

PALAVRAS-CHAVE

Crise política; instituições políticas; política externa brasileira

PALABRAS CLAVE

Crisis política; instituciones políticas; política externa brasileña

KEYWORDS

Political crisis; political institutions; Brazilian foreign policy

Recibido:
09.10.2017

Aceptado:
15.02.2018

projetar a internacionalização econômica através de meios de poder não tangíveis, como a ciência e a capacidade industrial.

Deste modo, o Brasil encerrou o ano de 2010 apresentando um dos melhores momentos da história da sua política exterior. Como afirma Bernal-Meza (2010), não restavam dúvidas de que o país havia ascendido nas estruturas de poder mundial, superando um passado de inserção internacional periférica e de eventuais momentos de aparente subordinação a determinados interesses exógenos. A política externa de Lula – batizada por seu próprio chanceler, Celso Amorim, como sendo uma “política externa ativa e ativa”² - podia, então, ser caracterizada como uma nova estratégia de inserção global que tinha como base principal a formulação de um novo regionalismo (relançamento do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, e criação da União das Nações Sul-Americanas, a UNASUL), a consolidação da liderança brasileira sobre uma base subcontinental ampla e por uma atuação internacional mais protagônica em temas de economia e segurança internacional. Além disso, o país passou a integrar agrupamentos de potências emergentes que buscavam imprimir maiores graus de multilateralismo à nova ordem global, tais como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), o IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) e o G4, grupo que pressionava pela reforma do Conselho de Segurança da ONU e que está integrado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão. Ao mesmo tempo, se apostou na diversificação das parcerias comerciais, na articulação de grupos como o G20 comercial e o G20 financeiro e se ampliou a presença de empresas brasileiras no exterior.

Até o ano de 2010, era notório que a política exterior assertiva se associava também à própria autopercepção dos brasileiros. A conquista da estabilidade e do crescimento econômico, do fortalecimento das instituições públicas, a construção de um Estado de Bem-Estar que, ainda que embrionário, incluiu a milhões de pessoas que puderam deixar a condição de pobreza e de indigência, a extensão do acesso à educação de nível superior, entre outras políticas, se davam ao mesmo tempo em que uma série de projetos de cooperação buscava replicá-las em países da América Latina, África e Ásia.

Com a imagem recuperada após os escândalos do chamado “mensalão”, esquema de compra de apoio político envolvendo o Executivo e parte do Legislativo, Lula concluiu seu segundo mandato com a aprovação de 83% dos brasileiros (Datafolha, 2010) e logrou eleger como presidente a Dilma Rousseff. Este segundo período de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que se estendeu entre 2011 e 2016, herdou muitos elementos do período anterior, tais como a busca de mudanças nas instituições políticas e econômicas internacionais e o perfil universalista que prioriza as relações com o Sul global, sem, no entanto, deixar de lado os parceiros tradicionais. Ainda assim, a atuação externa brasileira terminou por perder dinamismo e proatividade, convertendo-se em uma política reativa.

Após uma fase de ascensão do país como potência emergente, a inserção internacional do Brasil entra em declínio entre 2011 e 2014. As causas que determinam a mudança e a nova tendência localizam-se no enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade; na quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo; no enfraquecimento de estratégias e inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos; no emperramento da gestão pública, com perda da capacidade indutora do Estado; enfim, no protagonismo de Rússia e China no seio do Brics. Esses fatores de caráter interno conduzem à deterioração de indicadores de medida da presença e da influência econômica, política e geopolítica do Brasil sobre o cenário internacional (Cervo & Lessa, 2014, p. 149).

Ainda segundo Cervo e Lessa (2014), o declínio não foi maior devido à presença que o MRE possuía nos espaços multilaterais regionais e globais, mantendo a observância de princípios caros à diplomacia brasileira, tais como o da autodeterminação dos povos e o da não intervenção. Coerente a isso foi a criação do conceito de “responsabilidade ao proteger”, a partir do qual o Brasil propôs à comunidade internacional uma discussão sobre como a responsabilidade de proteger, manifestada através das operações de construção e de manutenção da paz, não deve estar desconectada

da necessidade de se preferir os meios diplomáticos e pacíficos quando estes estão disponíveis. Sobre o tema, o então ministro Antonio Patriota afirmou:

Antes de se empenhar em uma ação militar, espera-se que a comunidade internacional realize uma análise abrangente e criteriosa de todas as consequências que daí podem decorrer. O uso da força sempre traz consigo o risco de causar mortes involuntárias e de disseminar violência e instabilidade. O fato de que ela seja utilizada com o objetivo de proteger civis não faz das vítimas colaterais ou da desestabilização involuntária eventos menos trágicos (MRE, 2012).

A continuidade também foi percebida no que diz respeito à agenda de desenvolvimento sustentável. Em razão da comemoração de vinte anos após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), o Brasil recebeu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocasião em que a presidente Dilma defendeu o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, afirmando que, “sem ele, não há consenso possível na construção de um mundo mais justo e inclusivo, no qual seres humanos possam estar no centro de nossas preocupações” (MRE, s/da). Como forma de ilustrar o comprometimento do Brasil com a pauta, Dilma apresentou dados segundo os quais 45% da energia consumida no país seria produzida por fontes renováveis, que 75% das áreas de proteção ambiental criadas no mundo a partir de 2003 encontrava-se no Brasil e que o desmatamento ilegal havia decrescido 77% entre 2004 e 2011 no país. Segundo Dilma, tais resultados da contribuição brasileira permitiriam ao país demandar maiores esforços por parte dos países desenvolvidos no sentido de aceitarem metas mais ousadas e de oferecerem maior contribuição para o financiamento de projetos sustentáveis nos países de menor desenvolvimento.

No entanto, a ausência de chefes de Estado de países muito relevantes na discussão, como a do então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, assim como o documento final, “O futuro que queremos”, considerado como decepcionante para grande parte dos ativistas ambientais, foram o resultado direto de um contexto em

que o estancamento econômico produzido pela crise internacional fazia recrudescer a tendência protecionista e pouco colaborativa entre as nações. O mesmo efeito foi observado no âmbito comercial, quando o multilateralismo perdeu espaço para as negociações bilaterais, paralisando e esvaziando de relevância a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os efeitos tardios da crise econômica sobre o Brasil terminaram por impor à ação diplomática brasileira o objetivo de abrir mercados para as exportações e de atrair investimentos para o país, o que em parte explica a visita oficial de Dilma aos EUA em 2015, dois anos após os escândalos de espionagem por parte do governo americano contra a mandatária e outras autoridades do governo brasileiro. Na ocasião, Dilma apresentou o “Programa de investimento em logística 2015-2018” e buscou estimular o empresariado americano a “aproveitar as oportunidades de negócios que surgem no Brasil, especialmente na área de infraestrutura” (MRE, 2015).

Bom, e para finalizar eu gostaria de destacar que o Brasil e os Estados Unidos têm uma longa história de cooperação e integração econômica. Os Estados Unidos continuam sendo o principal investidor estrangeiro no Brasil, com estoque da ordem de US\$ 116 bilhões em 2013. E 3.000 empresas americanas atuam no Brasil em áreas mais diversas possíveis, como petróleo, gás, energia elétrica, bancos, telecomunicações, atividades imobiliárias, automóveis, metalurgia e agricultura. É um imenso leque. No sentido inverso, o Brasil está presente nos Estados Unidos e tem aumentado a sua presença aqui nos últimos anos. Atualmente, as empresas brasileiras têm um estoque de US\$ 15,7 bilhões investidos em vários tipos de negócios e atividades como alimentação, siderurgia, serviços de informação e produtos farmacêuticos. Certamente, nós temos certeza que é possível ampliar muito mais a nossa cooperação. E isso significa a nossa cooperação tanto governo-governo, como com os empresários e entre empresários.

Eu pretendo trabalhar com o presidente Obama bastante em nossas reuniões de

amanhã. Pretendo também aproveitar todas essas boas reuniões que nós realizamos hoje, primeiro com grandes investidores financeiros, depois com grandes investidores na área produtiva e de serviços (MRE, 2015).

Na ocasião da visita, Dilma afirmara, ainda, que confia no então presidente Barack Obama e no compromisso que ele assumira de que não mais haveria escutas ilegais sobre o governo e empresas brasileiras, uma vez que ele respeita as nações amigas (BBC Brasil, 2015).

As novas urgências criadas pela crise também implicaram em uma perda de intensidade no que diz respeito à integração regional. A preferência para saídas bilaterais em detrimento das multilaterais e a ideia de que o Mercosul “emperra” a abertura comercial brasileira estiveram presentes tanto nos debates das eleições presidenciais de 2014, quando o então candidato Aécio Neves defendeu uma reformulação do bloco, quanto na percepção de setores do empresariado nacional. Ademais, ocorrera também o esvaziamento da UNASUL após a clara ausência de consenso produzida na ocasião da destituição do presidente paraguaio Fernando Lugo, em 2012, e frente ao bloqueio aéreo sofrido pelo presidente boliviano Evo Morales quando este sobrevoava o espaço aéreo de países europeus, em 2013. A “Declaração de Cochabamba”, documento produzido para rechaçar tal feito, não contou com a assinatura brasileira.

O próprio MRE se viu diretamente afetado devido às severas restrições orçamentárias a ele impostas a partir de 2015, agudizadas ainda pela desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras no mesmo período. Na ocasião, o orçamento inicial para as despesas discricionárias da instituição fora de tão somente R\$ 1.081,5 milhões, valor insuficiente para que a participação brasileira em negociações internacionais e para que o funcionamento dos postos no exterior fosse mantido. Ademais, a variação da taxa média mensal de câmbio de 47% em consideração à taxa utilizada para a proposta orçamentária de 2015, de US\$ 2,40, fez necessária uma suplementação de R\$ 472,8 milhões (MRE, 2016).

Cervo e Lessa (2014) defendem que o declínio da política externa brasileira sob o governo Dilma

está mais diretamente relacionado a causas iminentemente domésticas do que ao contexto internacional de crise. Isto porque, ainda que uma série de medidas que favoreciam a indústria nacional tenha sido adotada, tais como o controle de capitais com o objetivo de evitar a valorização do câmbio brasileiro, o barateamento da energia elétrica, investimentos públicos e pacotes de concessão para investimentos em infraestrutura e a desoneração da folha de pagamento de diversos setores produtivos (Singer, 2015), o governo de Rousseff apenas deu continuidade à política de comércio exterior do período anterior, sem construir junto ao empresariado nacional uma estratégia de inovação que garantisse competitividade às companhias brasileiras (Cervo & Lessa, 2014). Outra causalidade interna, segundo Cervo e Lessa (2014), teria sido o próprio sistema político de coalizão partidária, que compromete a governabilidade e a própria qualidade do processo decisório.

As dificuldades de ordem doméstica são, ainda, agravadas pelo contexto internacional de crise econômica e financeira. A estratégia do PT se baseava no crescimento econômico de ao menos 5% ao ano para que as políticas sociais mantivessem sua eficiência no combate às desigualdades, de modo que o deslocamento da crise econômica de 2008 dos países centrais para os emergentes terminou por afetar o desempenho econômico nacional. Já em 2012, o PIB brasileiro crescera apenas 0,9% e mesmo em 2013, quando o PIB crescera a 2,3%, devido principalmente aos investimentos realizados em razão da realização da Copa do Mundo FIFA em 2014, o índice estava longe do crescimento apresentado no período anterior. Ademais, no campo político, o reformismo não confrontacionista do anterior presidente Lula fora substituído pelo perfil mais combativo de Dilma (Singer, 2015), de modo que a redução constante das taxas de juros, assim como a pressão para que os bancos reduzissem as suas margens de lucro e o intervencionismo representaram o início do estremecimento do governo Dilma com o mercado financeiro e o afastamento progressivo dos industriais com respeito a seu governo.

Em junho de 2013, a eclosão de uma série de protestos por todo o país, que a princípio tinham a pauta única da mobilidade urbana e do rechaço

ao aumento de R\$0,20 sobre a tarifa do transporte público em São Paulo, terminou por representar o início do declínio de Dilma. Rapidamente as manifestações se tornaram massivas, passaram a apresentar um teor difuso e contraditório – demandas por mais políticas públicas se somavam às críticas contra o tamanho do Estado, a tributação e a corrupção - e foram tomadas por críticas contra o governo de Dilma, que viu, a partir daí a sua aprovação se erodir. Como reação aos protestos, Dilma anunciou novas políticas sociais, como o programa “Mais Médicos”, ao mesmo tempo em que acenava para o mercado com cortes orçamentários e novos aumentos da taxa de juros.

Uma vez reeleita, após o pleito eleitoral de 2014, Dilma surpreendeu ao seu eleitorado com práticas opostas ao discurso vencedor das eleições. O argumento apresentado foi a confirmação de um déficit de 0,6% do PIB brasileiro, após quase duas décadas de superávits nas contas públicas. Ademais, a campanha por parte da oposição com o objetivo de deslegitimar a vitória de Dilma, devido à pequena margem de diferença (apenas 3,4 milhões de votos) com respeito ao segundo colocado, teve início tão logo se soube os resultados eleitorais, quando solicitaram a recontagem dos votos ao Tribunal Superior Eleitoral. Carleial (2015) aponta para as ameaças, por parte do grupo derrotado nas eleições, de recorrer à ferramenta do impeachment contra Dilma como outra explicação provável para tal mudança de rumo.

Fato é que a presidente optou por abandonar a política econômica desenvolvimentista, substituindo a Guido Mantega por um nome conhecido do mercado financeiro, o do executivo do banco Bradesco Joaquim Levy, e por aplicar um choque recessivo sobre a economia. O aumento do desemprego – que atingira 10,9% da população, a maior marca da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) iniciada em 2012 (Agência Brasil, 2016) - e a perda da renda dos trabalhadores foram os primeiros sintomas resultantes de tal inflexão. Ademais, apenas 10% avaliavam o governo de Rousseff como bom ou ótimo em março de 2016, segundo pesquisa de opinião realizada pelo Ibope (Carta Capital, s/d).

A adoção de medidas como o anúncio de um

corte orçamentário de 70 bilhões de reais e a mudança em direitos trabalhistas, como a do seguro desemprego e o abono salarial, fizeram com que o segundo governo Dilma representasse, em diversos aspectos, um retrocesso social. Ainda em março de 2015, as ruas voltaram a ser tomadas por enormes manifestações, desta vez por movimentos contrários à Dilma – que se dividiam entre a exigência da renúncia e do impeachment da mandatária, enquanto uma pequena parcela demandava uma intervenção militar – e por movimentos sociais que exigiam a retomada das políticas desenvolvimentistas ou que denunciavam o que julgavam ser um *estelionato eleitoral*. O aprofundamento da Operação Lava Jato, investigação levada a cabo pela Polícia Federal acerca de um esquema de subornos envolvendo as principais empresas do país, partidos políticos de todas as matrizes ideológicas e a Petrobrás, foi um elemento que tornou as manifestações pró-impeachment ainda mais massivas e cheias de contradições.

Aproveitando-se da nova correlação de forças, o principal partido da oposição à Dilma, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), anunciou que havia encomendado a alguns dos mais importantes juristas do país um documento que pudesse embasar um pedido de impedimento contra a presidente petista, ao mesmo tempo em que voltavam a acionar o TSE, desta vez para tentar impugnar a chapa vencedora devido às acusações de uso de dinheiro ilegal na campanha eleitoral de 2015.

O pedido de impeachment que terminou por ser admitido pelo então presidente da Câmara dos Deputados e desafeto de Dilma, Eduardo Cunha, curiosamente não tratava da questão da corrupção como argumento suficiente para a destituição de Dilma. A mandatária era acusada de crime de responsabilidade por suposta abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional, e de determinar o atraso de pagamentos de subvenções econômicas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução do programa de crédito rural Plano Safra.

A partir deste momento, teve início a adoção do discurso, por parte de Dilma, de que seu afastamento consistia em um golpe de Estado. A alegação de

Dilma de que o processo de impeachment não contava com fundamento legal e o discurso de que o país seria tomado por um retrocesso neoliberal em caso de sua destituição, logrando mobilizar a importantes segmentos da sociedade – artistas, acadêmicos, jovens, movimentos sociais e sindicais – não foi o suficiente para modificar a correlação de forças que lhe era desfavorável.

O processo de impeachment foi instaurado em 17 de abril de 2016 pela Câmara dos Deputados e, em seguida, levado à votação por um Plenário que se referiu às diversas justificativas possíveis sobre a aplicabilidade do processo de impeachment contra Rousseff, mas que em raras ocasiões se pautou em bases efetivamente jurídicas. Encaminhado ao Senado Federal e após uma série de articulações feitas pelo presidente interino Michel Temer (PMDB), o pedido de impedimento contou com 61 votos favoráveis e 20 contrários à perda de mandato de Rousseff, o que significou o seu afastamento definitivo do cargo de presidente da República.

Segundo Hochstetler (2007), são três os principais motivos que levam à contestação de um presidente por mobilizações populares de rua ou via ação do Legislativo: adoção de diretrizes econômicas neoliberais, envolvimento pessoal do presidente em escândalos e o seu *status* minoritário junto ao parlamento. A estes três elementos, agregamos também a ausência de apoio do Judiciário, pois o Superior Tribunal Federal (STF) negou a liminar solicitada pela defesa de Dilma Rousseff para que fossem suspensos os efeitos do impeachment, alegando que uma intervenção judicial volúvel poderia trazer graves consequências para a imagem do Brasil no exterior e para o ambiente institucional do país. Era evidente: Dilma não apenas não lograra se reconciliar com o setor financeiro, com os industriais, com os meios de comunicação massivos ou com o eleitorado de classe média, mas também perdera a disputa das ruas e qualquer possibilidade de governar diante da hostilidade do Congresso.

3. A crise de legitimidade do governo Temer e seus impactos sobre a Política Externa Brasileira

Uma vez confirmada a substituição de Dilma Rousseff por seu vice-presidente, Michel Temer, o Brasil passou a ser conduzido por um governo liberal em sua política econômico-comercial, conservador quanto às questões de política interna e profundamente fragilizado por inúmeras denúncias de corrupção. Tal cenário implicou em claras mudanças de rumo no que diz respeito à política doméstica, mas também à política externa (Frenkel & Azzi, 2017).

A partir de um discurso que prometia a reconstrução de bases sólidas para a retomada do crescimento econômico a partir de medidas de ajuste fiscal, de abertura comercial e de uma “desideologização” da diplomacia brasileira, Temer recuperou ideias outrora hegemônicas e que já haviam sido anunciadas através do documento “Uma ponte para o futuro”, divulgado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ainda em meio ao recrudescimento da crise de governabilidade do governo de Dilma Rousseff, em outubro de 2015. Nele, o partido de Temer propõe um amplo esforço legislativo no sentido de remover as distorções que impediam a economia brasileira de recuperar seu ritmo de crescimento. Entre as medidas defendidas estavam que se evitasse o aumento de impostos, exceto diante de uma extrema urgência e mediante a concordância social, a reforma da previdência social e das leis trabalhistas, o fim das vinculações constitucionais estabelecidas, como as de gastos com saúde e educação, o fim das indexações sobre salários e benefícios previdenciários e a busca pelo superávit primário com o fim de controlar a trajetória de crescimento da dívida pública.

Do ponto de vista da ação externa, o documento defende a cooperação do Estado com a iniciativa privada para que se busque a abertura de novos mercados para as exportações brasileiras a partir de alianças como as áreas econômicas relevantes (EUA, União Europeia e Ásia, com ou sem a companhia do Mercosul), ignorando-se alinhamentos ideológicos. Ademais, afirma a importância de concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura e, inclusive,

na área de petróleo, dando-se, a esta última, prioridade à Petrobrás. O texto não faz qualquer referência aos objetivos de longo prazo da política externa brasileira, tais como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o comprometimento das nações desenvolvidas com o financiamento do desenvolvimento sustentável nos países de menor desenvolvimento relativo, a defesa dos direitos humanos ou o fortalecimento de órgãos multilaterais que gerem as finanças e o comércio global.

Uma vez no poder, e contando com o apoio do partido derrotado nas eleições anteriores, o PSDB, Michel Temer não apenas tem buscado implementar os rumos defendidos pelo documento como o vem radicalizando. Desta forma, o governo anunciou em julho de 2017 o aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis e apresentou à sociedade uma proposta de reforma da previdência social que inicialmente previa a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres e de 25 anos de contribuição, deixando o benefício de estar vinculado ao salário mínimo, ao mesmo tempo em que se mantinham os privilégios gozados por grupos como os militares. A reforma trabalhista, aprovada em julho, altera mais de cem pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), passando a prever, dentre outras coisas, que determinados acordos negociados entre trabalhador e empregador prevalecerão sobre a lei e jornadas de trabalho de até 12 horas seguidas de 36 horas de descanso, além de prever mudanças nas ações trabalhistas. Também foi aprovada emenda constitucional com o fim de limitar o aumento de gastos públicos até 2020.

No que diz respeito à repercussão internacional da crise brasileira, ainda que Dilma Rousseff e o então chanceler Mauro Vieira tenham evitado propagar internacionalmente a tese do golpe de Estado por receio quanto a possíveis sanções sobre o país, em seus últimos dias de governo Dilma passou a se referir ao processo instalado no Brasil como golpe. Alguns países rapidamente anunciaram seu apoio a Dilma, como foi o caso dos membros da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA-TCP), Venezuela, Bolívia, Equador e Cuba. Ernesto Samper, Secretário Geral da UNASUL, também emitiu seu apoio a Dilma, afirmando que a presidente era honesta e que havia sido

eleita constitucionalmente (el Telespectador, s/d). Em nota oficial, a Secretaria Geral do bloco sul-americano afirmava que a abertura do processo de impeachment contra Dilma sem que uma discussão profunda sobre seus supostos delitos fosse realizada era motivo para séria preocupação para a região, apelando ao Senado Federal brasileiro para que, depois de avaliar as provas apresentadas, detivesse tal processo que poderia terminar por afetar seriamente a democracia regional e a segurança jurídica hemisférica (UNASUR, s/d).

A Organização dos Estados Americanos (OEA), por sua vez, emitiu um comunicado de imprensa através do qual seu Secretário Geral, Luis Almagro, afirmava que *“Nuestra Organización ha hecho un detallado análisis sobre el juicio político iniciado contra Dilma, y ha concluido que no se encuadra dentro de las normas que sustentan dicho procedimiento (OEA, 2016)”*. Para Almagro, a acusação de má gestão das contas públicas que pesava sobre Dilma tinha caráter político e, por tanto, não justificava a abertura de um processo de destituição. Ele chamou a atenção, também, para o fato de que parte da sociedade brasileira duvidava quanto à legalidade do processo, como evidenciava uma carta assinada por 130 membros do Ministério Público do Brasil.

Además, es necesario resaltar que un régimen presidencial como el brasileño – y la gran mayoría de los de nuestro hemisferio, salvo el Caribe anglófono –, no puede operar de buenas a primeras como si fuese un régimen parlamentario, intentando la destitución, en este caso de la primera mandataria, por un cambio en la correlación de fuerzas políticas en la coalición gubernamental.

(...) Brasil ha sido un ejemplo de democracia en el continente y todos necesitamos que lo siga siendo. Por ello es que la comunidad internacional hace un llamado en esta dirección.

Se debe juzgar desde la decencia y la probidad pública actos indecentes y criminales y no al revés (OEA, 2016).

A decisão do Senado Federal de não suspender os direitos políticos de Dilma por oito anos foi, segundo Amorim Netto (2016), algo que denotava ainda mais o enfraquecimento das instituições brasileiras. O

presidencialismo se diferencia do parlamentarismo justamente por contar com mecanismos que protegem o mandato do presidente, mas caso este viole a lei, sua punição não deve ser a simples perda do cargo, mas também deve incluir uma punição legal. Tal situação fez com que Temer fosse alçado ao cargo máximo de um presidencialismo enfraquecido. Ademais, a implementação, por parte do presidente, de uma versão radical do programa de governo defendido pelo grupo político que foi derrotado nas eleições presidenciais de 2014 ampliou o déficit de legitimidade de que padece Temer. Foram, no entanto, os numerosos escândalos de corrupção envolvendo diretamente o presidente e membros de seu governo e as acusações apresentadas pela Procuradoria Geral da República de “participação em organização criminosa”, corrupção passiva e de obstrução à justiça o que mais negativamente têm repercutido nos meios de comunicação estrangeiros.

A submissão do MRE a uma lógica partidária ficou imediatamente evidente com a indicação de José Serra ao cargo de chanceler, em maio de 2016. Ainda em seu discurso de posse, Serra apresentou o “Delineamento da Nova Política Externa Brasileira” e afirmou que a diplomacia do Brasil voltaria a refletir seus valores e os interesses de sua economia, e não mais estaria a serviço “das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e seus aliados no exterior” (MRE, 2016). Ademais, defendeu que medidas que anteriormente estiveram associadas ao interesse nacional podem não ser mais compatíveis com as novas realidades do país e da conjuntura internacional. De fato, o país que até então concordava com que as potências emergentes também devessem colaborar no financiamento de projetos sustentáveis em países mais pobres passaria agora, de acordo com a terceira diretriz de Serra, a buscar cumprir com a “lição de casa”, no sentido de preservar seus recursos naturais, para então receber os caudalosos recursos de organismos internacionais interessados em preservar o meio ambiente. Na ocasião, Serra criticou também a escolha realizada na última década, em matéria de comércio internacional, de privilegiar o multilateralismo que não funciona em detrimento do bilateralismo, defendeu a reforma do Mercosul em parceria com a Argentina, com quem o Brasil passava a compartilhar referências para a reorganização política e econômica, e a ampliação

do intercâmbio com os parceiros tradicionais, como Europa, Estados Unidos e Japão. Por fim, criticou a estratégia Sul-Sul adotada anteriormente por ser praticada com finalidades mais publicitárias que pragmáticas e por resultar em escassos benefícios econômicos apesar dos grandes investimentos diplomáticos.

A materialização de algumas destas diretrizes se fez ver rapidamente. Ainda em maio de 2016, o MRE divulgou notas afirmando que rejeita enfaticamente as manifestações dos países membros da ALBA-TCP (MRE, s/db) e da Secretaria Geral da UNASUL (MRE, s/d), que propagam falsidades sobre os acontecimentos políticos do Brasil e que deixam transparecer valores infundados e preconceitos contra o país e seus poderes constituídos. Em seguida, Serra solicitou uma avaliação para escolher postos na África que seriam fechados, como parte de um esforço de redução de gastos, o que produziu significativa resistência interna no Itamaraty.

Como recorda Toledo (2017), os dissensos internos presentes na instituição ficaram evidentes especialmente na ocasião da condenação do Brasil por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e do Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) devido ao uso excessivo da força quando da repressão de protestos e manifestações pela Polícia Militar (OEA, 2017). Os organismos também faziam referência ao uso recorrente de violência no marco do conflito agrário e no contexto de remoção de usuários de drogas da região paulistana conhecida como Cracolândia. Como resposta, o MRE divulgou nota de repúdio ao que considerava ser um comunicado “de teor desinformado e tendencioso”, afirmando que “Causa espanto a leviandade com que o ACNUDH e a CIDH fantasiosamente querem induzir a crer que o Brasil não dispõe de instituições sólidas, dedicadas à proteção dos direitos humanos e alicerçadas no estado democrático de direito (MRE, s/dc)”. Ademais do tom pouco habitual à diplomacia brasileira, o ministério afirmava ainda que em nenhum momento os autores da nota pareciam preocupar-se com a segurança de funcionários públicos e de manifestantes pacíficos sistematicamente sujeitos à violência sistemática e claramente premeditada. Por fim, afirmam

que relacionar os “atos de vandalismo” ocorridos em Brasília em maio de 2017 com a ação das autoridades de São Paulo é usada “cinicamente, e fora de contexto, para fins políticos inconfessáveis”.

Diante dos reflexos da crise política brasileira sobre a política externa, foi divulgado um documento assinado por diversos servidores do MRE sobre os riscos que o agravamento da crise impunha aos interesses nacionais de longo prazo. Ademais, defendiam a necessidade de que ideias dissonantes fossem respeitadas e que não houvesse restrições ao direito de manifestação pacífica e apelavam para que as lideranças políticas não se deixassem tomar pelas tentações autoritárias, conveniências ou por apegos pessoais e partidários (Diplomacia e democracia, s/d).

Com a política externa “altiva e ativa” ficando cada vez mais no passado, o Brasil passou a sofrer com significativa perda de relevância no plano internacional. No âmbito regional, o Brasil perdera qualquer condição de atuar como mediador da convulsão política que assola a vizinha Venezuela após ter liderado os esforços que levaram a suspensão do país no Mercosul. Ademais, o atual chanceler Aloysio Nunes havia integrado a “caravana” de senadores que viajara à Caracas em junho de 2015 com o fim de pressionar o presidente Nicolás Maduro a libertar opositores que se encontravam presos, o que o governo venezuelano entendeu como uma tentativa de ingerência em temas internos do país. Assim, após as sanções impostas por Washington, o isolamento da Venezuela só não é maior devido ao apoio que o chavismo ainda recebe de seus sócios da ALBA-TCP e das tentativas de mediação promovidas por Colômbia e Uruguai.

A volta das relações com os Estados Unidos como um eixo central da ação externa brasileira, com o objetivo de atrair capitais e inserir o Brasil nas cadeias globais de valor, também foi uma estratégia que, até aqui, trouxe escassos ganhos para o país. A chegada de Donald Trump ao poder no país norte-americano, com seu discurso protecionista, suas promessas de renacionalizar a economia de seu país e suas primeiras ações neste sentido – especialmente o decreto que retirou os Estados Unidos das negociações de criação do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP,

em inglês) e a renegociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês) -, criam grandes incertezas sobre a efetividade de tal estratégia. Ademais, a aproximação militar entre os dois países, expressa através da retomada das discussões sobre o uso, por parte dos Estados Unidos, da Base Militar de Alcântara para lançamento de satélites e do convite feito a este país para que participe de exercícios militares na região amazônica, gera preocupação sobre diversos setores da sociedade (Frenkel & Azzi, 2017).

Asolicitação formal de adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em maio de 2017, conhecida como o “clube dos ricos”, também afeta a capacidade brasileira de atuar como liderança entre os países emergentes e os de menor desenvolvimento e coloca sob ameaça a continuidade da estratégia de inserção internacional impulsada pelo Sul global. Por fim, a expansão das empresas brasileiras no exterior, elemento fundamental para a estratégia de inserção protagônica do Brasil no período anterior, se viu diretamente afetada pela evolução da Operação Lava Jato (Cervo & Lessa, 2014). As investigações terminaram por desdobrar-se em ações similares em diversos outros países da América Latina, estando as empresas brasileiras no centro de denúncias de pagamentos de propina e restando a elas a imagem de ter “internacionalizado” a corrupção de agentes públicos e privados.

Como lembra Gonçalves (2016), o longo período em que o Barão do Rio Branco ficou a cargo da pasta de assuntos estrangeiros do Brasil, entre 1902 e 1912, deu início à percepção de que a política externa é uma política pública que demanda continuidade e coerência em sua condução, não podendo ser submetida aos interesses político-partidários momentaneamente existentes. A própria criação do Itamaraty e seu fortalecimento como instituição burocrática tinha como finalidade a manutenção da estabilidade da ação externa brasileira, devido à sua dimensão estratégica e à necessidade de planejamento de longo prazo, mesmo diante das diferentes preferências que marcam os governos. Mesmo durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, que imprimiram características presidencialistas à política externa brasileira, o Itamaraty seguia como uma instituição fortalecida e contando com algum grau de autonomia.

No entanto, é em tempos de crise política que mais se observa que, como as demais políticas públicas, a política externa também está sujeita aos embates políticos e aos conflitos de interesse que perpassam a sociedade como um todo. “Observamos uma partidarização da política externa, utilizada como arena para defesa e acusações políticas dos grupos contra e pró-impeachment, apontando para a ausência de um consenso e coesão intraburocrática” (Gonçalves, 2016, s. p.).

Assim, ademais da necessidade de contornar os desafios impostos à diplomacia brasileira pela corrosão da credibilidade do país diante de uma das mais graves crises política e econômica de sua história, também lhe cabe lidar com a falta de coesão dentro de sua própria burocracia.

Amorim Netto (2016) defende que reformas políticas são urgentes para que o Brasil possa superar a crise das democracias representativas que também assola, em diferentes graus, países da América Latina, Europa e os Estados Unidos. A redução das despesas orçamentárias deve levar em consideração a necessária manutenção de políticas que reconduzam o país ao caminho da redução das desigualdades. Da mesma forma, é necessário tratar a questão da fragmentação partidária, pois ela gera problemas de ação coletiva, faz com que o presidente abuse do uso de decretos com o fim de manter a governabilidade e provoca instabilidade política, como se viu com a queda de Fernando Collor (1992) e de Dilma Rousseff.

Para o autor, a capacidade de Temer em se manter no poder depende dos resultados econômicos apresentados por seu governo, de modo que um baixo desempenho econômico pode aprofundar a desmoralização da classe política e abrir o caminho para que candidatos de discurso radical ou populista cheguem ao poder e fragilizem ainda mais as instituições democráticas. Neste momento, urge que os diferentes grupos em que a sociedade brasileira se encontra fraturada retomem o caminho do diálogo e da observância dos princípios democráticos e que as instituições brasileiras voltem à normalidade, especialmente o MRE, pois disso depende a ordem nacional e a recuperação da imagem positiva que o Brasil projeta no exterior desde 1985.

4. Considerações finais

A crise política em que o Brasil se encontra imerso desde 2015 tem se refletido, especialmente após a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, em uma significativa perda de credibilidade do país no plano externo, de modo que o país passou da estagnação ao acúmulo de prejuízos em sua inserção internacional.

É comum que mudanças políticas ocorridas no interior da sociedade, especialmente a alternância de grupos no poder, impliquem em novas preferências e concepções a respeito dos temas de política externa. Porém as escolhas movidas por grandes doses de partidarismo atualmente observadas têm resultado não apenas no abandono dos interesses de longo prazo estabelecidos pela política externa “ativa e ativa” de Celso Amorim - tais como a construção de um regionalismo de base subcontinental ampla e que sirva como espaço natural para o exercício da liderança brasileira e a defesa do multilateralismo nas relações internacionais -, como também na desatenção aos princípios básicos da política externa brasileira, como o da não intervenção em temas domésticos de outros países e o da autodeterminação dos povos.

A política externa de Temer aprofunda ainda mais um erro de rota que já podia ser identificado ainda no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff: a submissão da diplomacia apenas aos objetivos econômicos de ampliação das exportações e de captação de investimentos estrangeiros. Recuperação de prestígio e fortalecimento da inserção internacional transformaram-se em sinônimo de metas de curto prazo que têm como função a retomada do crescimento econômico para garantir a sobrevivência do governo Temer no poder. De fato, é em tempos de crise política que mais se observa que, como as demais políticas públicas, a política externa também está sujeita aos embates políticos e aos conflitos de interesse que perpassam a sociedade como um todo.

NOTAS

¹ Artigo produzido como desdobramento do trabalho “Democracia, presidencialismo e crise na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil”, publicado na coletânea “Governança e democracia representativa”, sob a coordenação de Felipe González e publicação pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp) em 2017.

² Como indica o próprio título do livro publicado por Celso Amarim pela editora Benvirá, em 2015, *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. (2016). *Desemprego cresce para 10,9% e atinge 11 milhões de pessoas*. Recuperado de [<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-04/desemprego-cresce-para-109-e-atinge-11-milhoes-de-pessoas>]. Consultado [07-09-2017].

Amorim Netto, O. (2016). A crise política brasileira de 2015-2016: diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais*, 4(52), 43-54.

BBC Brasil. (2015). *Para governo, denúncia de espionagem é “episódio superado”*. Recuperado de [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150704_dilma_resposta_eua_espiona_fn]. Consultado [11-09-2017].

Bernal-Meza, R. (2010). El pensamiento internacionalista en la era Lula. *Estudios Internacionales*, 167, 143-172.

Carleial, L. M. F. (2015). Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, 29(85), 201-214.

Carta Capital. (s/d). *Governo Dilma é ruim ou péssimo para 69% dos brasileiros*, diz Ibope. Recuperado de [<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/69-consideram-governo-dilma-ruim-ou-pessimo-diz-ibope>]. Consultado [07-09-2017].

Cervo, A. L. & Lessa, A. C. (2014). O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57(2), 133-151.

Cervo, A. L. (2008a). Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51(2), 08-25.

Cervo, A. L. (2008b). *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.

Datafolha (2010). “Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história”. Recuperado de [<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>]. Consultado [07-09-2017].

Diplomacia e democracia. (s/d). Recuperado de [<http://www.diplomaciaedemocracia.com.br/>]. Consultado [28-09-2017].

El Telespectador. (s/d). *Ernesto Samper, Nicolás Maduro y Evo Morales manifiestan su apoyo a Rousseff por juicio en su contra*. Recuperado de [<https://www.elespectador.com/noticias/elmundo/ernesto-samper-nicolas-maduro-y-evo-morales-manifiestan-articulo-592502>]. Consultado [21-09-2017].

Frenkel, A. & Azzi, D. (2017). ¿Liberales y solos? La nueva política exterior de Argentina y Brasil. *6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI*, Belo Horizonte, julho.

Gonçalves, F. C. (2016). Política externa brasileira em tempos de crise. *Mundorama*. Recuperado de [<https://www.mundorama.net/?p=19251>]. Consultado [28-09-2017].

Hochstetler, K. (2007). Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. *Lua Nova*, 72, 09-46.

Milani, C. R. S. & Pinheiro, L. (2013). Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, 35(1), 11-41.

Ministério de Relações Exteriores (MRE). (2012). *Pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em debate sobre a Responsabilidade ao Proteger na ONU*. Nota 38. Recuperado de [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8653-pronunciamento-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-em-debate-sobre-responsabilidade-ao-protoger-na-onu-nova-york-21-de-fevereiro-de-2012]. Consultado [07-09-2017].

Ministério de Relações Exteriores (MRE). (2015). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Encontro Empresarial sobre Oportunidades de Investimento em Infraestrutura no Brasil*. Recuperado de [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10362-discurso-da-presidenta-dilma-rousseff-no-encerramento-do-encontro-empresarial-sobre-oportunidades-de-investimento-em-infraestrutura-no-brasil-nova-iorque-29-de-junho-de-2015]. Consultado [10-09-2017].

Ministério de Relações Exteriores (MRE). (2015a). *Relatório de gestão do exercício de 2015*. Brasília. Recuperado de [http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_acesso_info/auditorias_brasil]. Consultado [25-09-2017].

Ministério de Relações Exteriores (MRE). (2016) *Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro das Relações Exteriores*. Recuperado de [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016]. Consultado [28-09-2017].

Ministério de Relações Exteriores (MRE). (s/d). *Declarações do Secretário-Geral da UNASUL sobre a situação interna no Brasil*. Recuperado de [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14024-declaracoes-do-secretario-geral-da-unasul-sobre-a-situacao-interna-no-brasil]. Consultado [28-09-2017].

Ministério de Relações Exteriores (MRE). (s/da). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião de cerimônia de abertura protocolar da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)*. Recuperado de [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/4676-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-protocolar-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20]. Consultado [10-09-2017].

Ministério de Relações Exteriores (MRE). (s/db). *Manifestações sobre a situação interna do Brasil*. Recuperado de [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14023-manifestacoes-sobre-a-situacao-interna-no-brasil]. Consultado [28-09-2017].

Ministério de Relações Exteriores (MRE). (s/dc). *Nota à imprensa*. Recuperado de [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16345-nota-a-imprensa-cidh]. Consultado [27-09-2017].

Organização dos Estados Americanos (OEA). (2016). *Declaración del Secretario General de la OEA, Luis Almagro, tras reunión con la Presidente Constitucional del Brasil, Dilma Rousseff*. Recuperado de [http://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-044/16]. Consultado [21-09-2017].

Organização dos Estados Americanos (OEA). (2017). *ONU Derechos Humanos e CIDH condenam uso excesivo da força durante as manifestações sociais e durante operativos de segurança no Brasil*. Recuperado de [http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2017/069.asp]. Consultado [27-09-2017].

Singer, A. (2015). Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, 102, jul., 43-71.

Toledo, S. (2017). *Cenário interno de incertezas fragiliza política externa brasileira*. Recuperado de [https://neai-unesp.org/cenario-interno-de-incertezas-fragiliza-politica-externa-brasileira/]. Consultado [12-09-2017].

UNASUR. (s/d). *Declaración del Secretario General de UNASUR sobre la decisión de la Cámara de Diputados de Brasil de avanzar en el proceso de destitución de la Presidenta Dilma Rousseff*. Recuperado de [http://www.unasursg.org/es/node/658]. Consultado [21-09-2017].